

**PROCESSO Nº 97731/2018**

**EDITAL DE LICITAÇÃO -  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010 - SRP  
REGISTRO DE PREÇO – SRP**

**A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, no uso de suas atribuições por intermédio do Pregoeiro e equipe de apoio, designados em conformidade com a Lei 8093/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, para a **FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 20 LITROS E GÁS DE COZINHA (GLP) DE 13 KG**, e será regida pela Lei n.º 10.520 de 17/07/02 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, suas alterações e legislação complementar, e ainda em conformidade com os termos e condições do presente edital, devendo os envelopes da documentação e das propostas serem entregues às 14:00 horas do dia 17 de outubro de 2018, na Sala da Escola do Legislativo/Sala das Comissões da Câmara Municipal, 3º piso do prédio anexo, situada na Rua General Vitorino nº 441, centro, nesta, tendo início nesse horário o credenciamento dos interessados seguido da abertura dos envelopes das PROPOSTAS.

**1. OBJETO**

1.1 - A presente licitação tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa visando registrar preços para o fornecimento de água mineral sem gás, galões de 20 litros e gás de cozinha 13 kg, a qual deverá corresponder rigorosamente aos critérios, os prazos e as

condições definidas no Termo de Referência (ANEXO I), que faz parte integrante do presente edital.

1.2- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições (Lei 8666/1993 Art 15, § 4º).

## 2.0 - DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de habilitação constantes neste edital.

### 2.1. ENTREGAR DIRETAMENTE AO PREGOEIRO

a) No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste edital, os proponentes deverão entregar ao (à) Pregoeiro (a), o documento de credenciamento - Anexo III e declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação - Anexo IV.

b) A ME e/ou EPP que pretenda sua inclusão no regime diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/06 deverá apresentar, na forma da Lei, declaração formal, conforme Anexo VI, de que não está incurso em nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, assinada por representante legal da licitante ou por procurador / credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento.

### 2.2. DOS ENVELOPES

Deverão ser apresentados 02 (dois) envelopes distintos e lacrados, contendo a Proposta e os Documentos de Habilitação do licitante. Os envelopes devem ser dirigidos à Câmara Municipal do Rio Grande, e identificados com o nome, a denominação ou a razão social do licitante, a modalidade e o número desta licitação conforme modelo abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
INVÓLUCRO 01: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010 - SRP  
REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL 20  
LITROS E GÁS DE COZINHA 13 KG  
PROPOSTA DE PREÇO  
PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
INVÓLUCRO 02: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010 - SRP  
REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL 20  
LITROS E GÁS DE COZINHA 13 KG  
PROPOSTA DE PREÇO  
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE

2.3 – Os representantes das licitantes, titular da empresa ou preposto, deverão comparecer à sessão pública do Pregão munidos de procuração pública ou particular, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente acompanhado do documento de identidade do representante, para credenciamento junto ao (à) Pregoeiro (a), com os seguintes requisitos:

- a) a condição de titular deverá ser comprovada através do ato constitutivo, estatuto ou contrato social acompanhado da ata de eleição da última diretoria, se for o caso, devendo conter o nome do representante do licitante, e os poderes para exercer direitos e assumir obrigações contratuais em nome da empresa;
- b) a condição de preposto deverá ser comprovada através de procuração que deverá ter firma reconhecida em cartório, e conter os poderes para formular verbalmente lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação, em nome da licitante. Poderá ser utilizado o modelo Anexo III deste edital desde que, tenha firma registrada

em cartório. O credenciamento deve vir acompanhado do ato constitutivo, estatuto ou contrato social.

c) não poderá participar do certame a licitante que não enviar um representante legal ou procurador para representá-la no processo licitatório.

d) é vedada a representação de mais de uma empresa licitante por um mesmo representante legal ou procurador no processo licitatório, sob pena de exclusão dos licitantes do processo.

e) é vedada a representação por mais de um representante legal ou procurador por empresa licitante no processo licitatório.

2.4 – Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo assinar a declaração em modelo fornecido pelo (a) Pregoeiro (a).

Modelo Anexo IV.

2.4.1 – As credenciais e a declaração tratadas no subitem 2.1, devem ser apresentadas em separado dos envelopes nº 01 e 02 e serão anexadas ao processo.

2.4.2 – A ausência do credenciado, sem autorização, em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão do licitante por ele representado.

2.4.3 – Fica ciente a licitante que o (a) Pregoeiro (a) não se responsabilizará por qualquer atraso do representante para início da sessão.

2.4.4. – Após o horário previsto para abertura da sessão não será aceito em hipótese alguma a participação no certame de empresa que não se fez representar para o início da sessão conforme data e horário descritos no preâmbulo deste Edital.

2.5 – Não poderão concorrer:

a) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) licitantes que estejam declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração;

c) as pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

## 2.6 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

2.6.1 – A ME e/ou EPP que pretenda sua inclusão no regime diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/06 deverá apresentar, na forma da Lei, juntamente com seu credenciamento, declaração formal, conforme Anexo VI, de que não está incurso em nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, assinada por representante legal da licitante ou por procurador / credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento.

2.6.1.1 – Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 2.6.1 será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

2.6.2 – Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as MEs e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida no item 4 do Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal.

2.6.2.1 – Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado às MEs e EPPs o prazo de 05 dias úteis (LC 147/2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.6.3 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo nº 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

## 3.0 – DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 01

3.1 – A proposta deverá ser apresentada, preferencialmente, em uma via, com indicação do nome, CNPJ/MF e endereço do licitante, devendo ser redigida no idioma português, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, ser datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas sequencialmente numeradas, datada e assinada por representante legal do

licitante, na última folha, e rubricada nas demais, devendo os valores serem apresentados UNITÁRIO E TOTAL POR ITEM.

3.2 – A empresa licitante poderá fazer uso do modelo de proposta sugerido no Anexo II – Modelo de Proposta.

3.3 – A proposta deverá indicar ainda:

a) Prazo de validade não inferior a 60 dias

a.1) Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo 60 dias.

b) Assinatura do responsável e carimbo da empresa com CNPJ

c) A omissão na proposta financeira em relação às exigências e às especificações técnicas do Edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.

d) A proposta financeira apresentada em papel termo sensível (fax), telex, telegrama ou semelhantes será desclassificada.

e) A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

f) Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no (s) preço (s) até, no máximo, dois algarismos após a vírgula.

g) Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura de seu envelope.

h) As quantidades previstas no Termo de Referência – Anexo I, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

#### 4.0 – DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

##### 4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

###### 4.1.1 – Registro Comercial no caso de empresa individual

4.1.2 – Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

4.1.3 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir:

4.1.4 – Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

#### 4.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.2.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Rio Grande.

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, através Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município sede.

4.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.2.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.

4.2.6 – Será aceito em substituição ao solicitado nos Itens 4.2.4. e 4.2.5 Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos

termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.2.7 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.8 – Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.2.9 – Alvará de funcionamento.

4.2.10 – Alvará Sanitário para o Item 01.

4.2.11 – Para o Item 01, apresentar análise bacteriológica da água a ser fornecida, de qualquer 01 (um) dos últimos 06 (seis) meses, em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n.º 274/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que aprova o Regulamento Técnico para Águas Envasadas e Gelo, ou outras em sua substituição.

#### 4.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

4.3.1 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

#### 4.4 - DECLARAÇÕES

4.4.1 – Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme anexo V.

4.4.2 – Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos – Modelo Anexo VII

4.4.3 – Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo VIII

4.5 – Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via:

- a) em original (não serão devolvidos);
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro (a), por membro da Comissão;
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível;
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.6 – Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão emissor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.7 – Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

## 5.0 – DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO

5.1 – A licitação será processada e julgada de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, sendo observados os seguintes procedimentos:

- a) recebimento dos documentos para credenciamento dos representantes das licitantes e dos envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação das licitantes;
- b) abertura dos envelopes contendo as propostas, e sua verificação promovendo-se a desclassificação daquelas que não atenderem às exigências deste Edital e a classificação provisória das demais;

- c) abertura de oportunidade para lances verbais e sucessivos dos representantes das licitantes, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e das propostas que apresentem valor até 10% (dez por cento) acima da primeira classificada;
- c.1) não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas nas condições definidas no item anterior, o (a) Pregoeiro (a) classificará, para apresentação de lances, as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados;
- c.2) os lances verbais e sucessivos devem ter valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço;
- c.3) a desistência de apresentação de lances verbais, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado;
- d) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao (à) Pregoeiro (a) decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade;
- e) abertura do envelope contendo os documentos de habilitação apresentado pelo licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;
- f) deliberação sobre a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar ou sobre sua inabilitação, prosseguindo-se, no segundo caso, com a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação das licitantes sucessivas na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital;
- g) nas situações previstas nas alíneas “d” e “f” deste subitem o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente classificado em primeiro lugar, para que seja obtido preço melhor;
- h) rubrica dos documentos pelo (a) Pregoeiro (a), equipe de apoio e representantes das licitantes;
- i) comunicação do resultado do julgamento, declarando a licitante vencedora, que após as demais licitantes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhes será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação do recurso, ficando aquelas que não recorrerem desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

i.1) a falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto desta licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor;

j) elaboração de ata da sessão, assinada pelo (a) Pregoeiro (a), equipe de apoio e representantes das licitantes;

k) devolução dos envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes remanescentes, com exceção dos documentos das licitantes com propostas classificadas para a fase de lances, que ficarão retidos até a data de assinatura do contrato pela licitante vencedora;

l) em caso de suspensão da sessão do Pregão, os documentos ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro (a), para exibição na data a ser marcada para realização da sessão de prosseguimento do Pregão;

5.2 – O critério de julgamento será o de menor preço por item.

5.3. Na desclassificação de propostas, observar-se-á o que determina os arts. 44 a 48 da Lei nº 8.666/93.

5.3.1 – Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem cotação para objeto diverso daquele indicado nesta Licitação;

b) não atenderem às exigências deste Edital.

5.4 – A classificação das propostas dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e, no caso de empate das propostas escritas, o (a) Pregoeiro (a) realizará o sorteio, na forma do § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93.

5.5. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 5% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

5.6 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) A ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma da alínea "a", serão convocadas as MEs e EPPS remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.7 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no item 5.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

5.8 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

5.9 – O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.10 – No caso de sorteio, em não comparecendo o representante legal da ME ou EPP, será considerado precluso o seu direito de apresentar melhor oferta.

## 6.0 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

6.1 – A autoridade competente, o Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande, efetuará a homologação do processo, conforme inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, e, no caso de interposição de recurso administrativo, fará a adjudicação do objeto à vencedora, após a decisão do recurso.

6.2 – Não havendo interposição de recurso, a adjudicação do objeto será efetuada pelo (a) Pregoeiro (a), observando o disposto no subitem 6.1 deste Edital.

## 7.0 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE COMPROMISSO

7.1 – Homologado o processo, a autoridade competente convocará a licitante vencedora para no prazo de 02 (dois) dias informar os dados do (s) representante (s) legal (is) da empresa que assinará (ão) o contrato, dentre aqueles constantes do estatuto/contrato

social, ou do procurador, que deverá apresentar instrumento de mandato específico para tal finalidade, com firma reconhecida em cartório.

7.2 – Convocado para assinar a ata, a licitante vencedora deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação, conforme artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/93.

7.3 – O registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses improrrogáveis, contados a partir da assinatura da Ata de Registro.

## 8.0 – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado após entrega do material, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da fatura (NF) que deverá ser confrontada com o registro de acompanhamento da fiscalização do contrato.

## 9 – DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 – Serão registrados o 1º, 2º e 3º menor preço, portanto as empresas detentoras do 1º, 2º e 3º lugar, podem ser chamadas a contratar, nesta ordem.

9.1 – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso, oriundo de legislação.

9.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

9.2.1 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Comissão Geral de Licitações, CGL, convocará a fornecedora visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, a fornecedora será liberada do compromisso assumido.

9.3 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual aumento daqueles praticados no mercado.

9.3.1 – O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal, dirigida à CGL, por meio do Setor de Protocolo da Câmara Municipal do Rio Grande/RS, desde que acompanhada de documentos que

comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

9.3.2 – A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

9.3.3 – O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor, conforme constante no Item 9.1, devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

## 10 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DA PROPONENTE

10.1 – A proponente terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

10.1.1 – A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

10.1.2 – Por iniciativa do CGL, quando:

- a) a fornecedora não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

10.1.3 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CGL fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará às proponentes a nova ordem de registro.

## 11 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇO

11.1 – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência, 12 meses;
- b) quando não restarem fornecedores registrados.

## 12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 – Dos atos da Administração decorrentes desta licitação poderão ser interpostos recursos administrativos, com base no que determina a Lei nº 10.520/2002, aplicando-se supletivamente o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – As razões do recurso serão dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande, desde que a licitante tenha manifestado motivadamente a intenção de recorrer na sessão pública do Pregão, e deverão ser entregues diretamente ao (a) Pregoeiro (a), na Secretaria Geral deste Legislativo, à Rua General Vitorino 441, no horário de 13:00 (treze horas) às 19:00 (dezenove horas).

12.3 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 13.0 – DAS SANÇÕES

13.1 – A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará a fornecedora às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

13.1.1 – Advertência escrita:

- a) considerando o número de advertências e a gravidade do descumprimento, poderá ser encaminhado o caso a autoridade competente, com pedido formal de rescisão do

contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital, no contrato/nota de empenho e nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93.

#### 13.1.2 – Multa:

a) de 0,3% (três décimos por cento) por dia útil de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto, aplicável sobre o valor total do contrato/nota de empenho, atualizada, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias úteis;

b) de 15% (quinze por cento) no caso de atraso na entrega integral, na substituição, e/ou na instalação do objeto no prazo superior a 10 (dez) dias úteis e limitado a 20 (vinte) dias úteis, bem como de inexecução parcial do contrato/nota de empenho e/ou subcontratação não autorizada no Edital, aplicável sobre o valor total do contrato/nota de empenho, atualizado;

c) de 25% (vinte e cinco por cento) no caso de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto transcorridos 21 (vinte e um) dias úteis do prazo estabelecido no contrato/nota de empenho, bem como de inexecução total do contrato e/ou subcontratação total do objeto do contrato/nota de empenho, aplicável sobre o valor total do contrato/nota de empenho, atualizado.

13.2 – A ocorrência das hipóteses previstas nas alíneas “b” ou “c” do subitem supracitado, a CONTRATADA, além da aplicação da multa, por força das disposições contidas na Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, sofrerá as seguintes penalidades:

a) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano;

b) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta financeira, não celebrar o contrato e/ou recusar a receber a nota de empenho, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato/nota de empenho, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, bem como sujeito à multa de 25% (vinte e cinco por cento); aplicada sobre o valor total da Proposta Financeira / Contrato / Nota de Empenho, atualizado conforme artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

13.4 – Conforme o caso, as multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação ou descontada do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### 14.0 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta Financeira;

Anexo III – Modelo de Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo V – Modelo de Declaração de Fato Impeditivo;

Anexo VI – Modelo de Declaração de enquadramento em ME/EPP;

Anexo VII – Modelo de Declaração do Menor;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de não emprego como Funcionário Público Municipal;

Anexo IX – Minuta de Ata de Registro de Preço.

14.2 – É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

14.2.1 – No uso da prerrogativa conferida pelo § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, o (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar, a qualquer tempo, os originais de procurações,

documentos de habilitação, documentos que integrem as propostas dos licitantes e quaisquer outros cujas cópias sejam apresentadas durante o processo licitatório.

14.3 – Reserva-se ao Município do Rio Grande o direito de revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

14.4 – Qualquer impugnação deverá ser entregue diretamente ao (a) Pregoeiro (a), no horário de expediente, das 13:00 (treze horas) às 19:00 (dezenove horas), devendo ser observados os prazos e condições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei nº 8.666/93.

14.5 – A divulgação de informações referentes a esta licitação e os resultados de habilitação, de julgamento das propostas e de recursos interpostos serão publicados no portal desta Casa Legislativa – [www.camarariogrande.rs.gov.br](http://www.camarariogrande.rs.gov.br).

14.6 – Quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação deverão ser solicitados, via e-mail para “[licitacoes@camarariogrande.rs.gov.br](mailto:licitacoes@camarariogrande.rs.gov.br)”, ou por escrito diretamente ao (a) Pregoeiro (a), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis antes do recebimento dos envelopes. As respostas serão colocadas em e-mail, e serão avisadas de alteração no Edital via e-mail todas as proponentes que retirarem o Edital no portal desta Câmara através de cadastro, até 02 dias anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

14.7 – Os interessados poderão contatar o (a) Pregoeiro (a) pelo fone (053) 3233-8587 ou (53) 3233-8597.

14.8 – Os interessados poderão solicitar cópia deste instrumento convocatório, na Secretaria desta Casa Legislativa, sito à Rua General Vitorino 441, nesta cidade, devendo apresentar cópia do Certificado de Registro Cadastral emitido por órgão ou entidade da Administração ou a documentação de habilitação jurídica da empresa.

14.8.1 – Os interessados poderão acessar este edital, no Portal da Câmara Municipal do Rio Grande, através do endereço eletrônico [www.camarariogrande.rs.gov.br](http://www.camarariogrande.rs.gov.br) –Licitações e contratos.

14.9 – Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se supletivamente a Lei nº 8.666 de 21.06.1993.

14.10 – O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 02 de outubro de 2018.

Ver. Flávio Veleda Maciel

Presidente

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Aquisição através de Registro de Preços para o Fornecimento **DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 20 LITROS E GÁS DE COZINHA (GLP) DE 13 KG.**

**2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO
01	Água mineral sem gás em bombonas de 20 litros	1.000 unidades	R\$ 14,50
02	Gás de cozinha (carga) 13 kg	50 unidades	R\$ 71,00

**3. COMODATO**

3.1 A empresa vencedora deverá fornecer em regime de comodato 20 (vinte) cascos para o condicionamento de água mineral de 20 litros (item 01 do objeto da licitação), que deverão ser fornecidas na primeira entrega.

3.2 Sendo que em caso de extravio ou danificação do casco, será ressarcido à vencedora o valor de R\$20,00 por unidade, valor atribuído com base na pesquisa de mercado realizada pelo setor de compras.

3.3 A Câmara deverá fazer solicitação e emitir o termo de comodato com a quantidade necessária, sem ônus para a Câmara.

**4. DEVERES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:**

4.1. A empresa vencedora caso não utilize o modelo de proposta anexo II, deverá obrigatoriamente informar em sua proposta todas as informações EXIGIDAS no edital de convocação.

4.2. A empresa vencedora deverá atender os pedidos no prazo máximo de 2 (dois) dias para entrega de gás e água a partir da solicitação.

4.3. A licitante vencedora / Contratada deverá entregar os itens em perfeitas condições de uso, a contar data de entrega, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

## **5. ENTREGAS**

5.1. Deverão ser entregues os objetos na sede da Câmara Municipal sem ônus para este Município.

5.2. Caso a licitante não entregue o material no prazo estabelecido será enquadrada no Artigo 87 da Lei nº 8.666/93, além das penalidades estipuladas no edital.

## **6. PAGAMENTO:**

6.1. O pagamento será efetuado após entrega do material, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da fatura (NF) que deverá ser confrontada com o registro de acompanhamento da fiscalização do contrato.

6.2. A comprovação das quantidades efetivamente entregues, para efeito de pagamento, será feita através de planilha deverá conter a especificação, a quantidade, a identificação e assinatura e carimbo do servidor responsável pelo recebimento.

6.3. A Câmara Municipal do Rio Grande se reserva o direito de solicitar durante o período de contratação, documentos que comprovem a boa qualidade dos produtos fornecidos.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

<b>Órgão: DIVERSAS</b>		<b>Fone: (53) 3233-8597</b>			
Local de entrega dos envelopes: Rua General Vitorino 441, CEP: 96.200-310 - Rio Grande / RS					
Nº	Unid	Quant	Descrição	Unitário	Total
<b>01</b>	Un	1.000	Água mineral sem gás em bombonas de 20 litros		
<b>02</b>	Un	50	Gás de cozinha 13 kg		
Validade da Proposta: <u>60</u> dias.					
Data da Proposta: ____/____/____.					

**ANEXO III****MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

ASSUNTO: Pregão Presencial n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ – Comissão Geral de Licitações  
Designação de Representante

Através da presente credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., e CPF....., a participar da Licitação instaurada pela CGL, na modalidade de Pregão n.º ....., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da licitante ....., bem como formular propostas, ofertar lances, recorrer, renunciar e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., ..... de ..... de 2018.

---

Assinatura do representante legal da licitante

**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE**  
**HABILITAÇÃO**

A

COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÕES

PREGOEIRO(A)

Ref: PREGÃO Nº \_\_\_\_\_

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
(ENDEREÇO COMPLETO) \_\_\_\_\_, declara, sob  
as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para a sua habilitação, no presente  
processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

....., ..... de ..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, localizada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente..

....., ..... de ..... de 2018.

\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

**ANEXO VI****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO ART. 3º E NÃO INCURSÃO NOS IMPEDIMENTOS DO § 4º DO MESMO ARTIGO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06 – ME/EPP**

Declaro, sob as penas da Lei, que a licitante ..... CNPJ nº. ...., enquadra-se na definição do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, pelo que pretende exercer o direito de preferência conferido por esta Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incurso em nenhum dos impedimentos constantes de seu § 4º.

....., ..... de ..... de 2018.

---

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Ref.: (identificação da licitação)

A ..... (Razão Social da licitante), inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº .....e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

....., ..... de ..... de 2018.

---

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXERCE CARGO PÚBLICO**

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa \_\_\_\_\_ (Razão Social da licitante), inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, localizada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data não possui exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal em seu quadro funcional, seja na qualidade de titular, sócio ou mantenedor de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, para sua habilitação no processo licitatório acima descrito, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

**ANEXO IX – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018**

A **CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, na Rua General Vitorino, inscrito no CNPJ nº 89.584.9812/0001-75, neste ato representado, pelo Presidente Ver. Flávio Veleda Maciel, inscrito no CPF sob nº 633.776.080-87, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa ....., CNPJ n.º ....., estabelecida na ....., Bairro ....., em ....., neste ato representada pelo Sr. ...., portador do RG nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o Edital de **Pregão Presencial nº 010/2018– Sistema de Registro de Preço**, celebram a presente **Ata de Registro de Preço** de acordo com a Lei nº 10.520/2002, dos decretos Municipal nº 9.329/2006, nº 9.294/2006, nº 9.546/2007, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como os termos constantes no Edital, referente ao Processo acima citado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O objeto do presente Termo é o Registro de Preços **PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 20 LITROS E GÁS DE COZINHA (GLP) DE 13 KG**, em conformidade com o Edital do Pregão Presencial e seus anexos, para Sistema de Registro de Preços.

**Parágrafo Único:** A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:** O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

**Parágrafo Primeiro:** Os fornecedores se comprometem a fornecer o (s) item (ns) de acordo com os seguintes preços:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Água mineral sem gás em bombonas de 20 litros	1000	R\$
Gás de cozinha (carga) 13 kg	50	R\$

**Parágrafo Segundo:** Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO COMODATO**

**Parágrafo Primeiro:** A empresa vencedora deverá fornecer em regime de comodato 20 (vinte) cascos para o condicionamento de água mineral de 20 litros (item 01 do objeto da licitação), que deverão ser fornecidas na primeira entrega.

**Parágrafo Segundo:** Sendo que em caso de extravio ou danificação do casco, será ressarcido à vencedora o valor de R\$20,00 por unidade, valor atribuído com base na pesquisa de mercado realizada pelo setor de compras.

**Parágrafo Terceiro:** A Câmara deverá fazer solicitação e emitir o termo de comodato com a quantidade necessária, sem ônus para a Câmara.

**CLÁUSULA QUARTA: DA REVISÃO DOS PREÇOS:** Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso, oriundo de legislação.

**Parágrafo Primeiro:** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

**Parágrafo Segundo:** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado Comissão Geral de Licitações – CGL convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, a fornecedora será liberada do compromisso assumido.

**Parágrafo Terceiro:** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a fornecedora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Comissão Geral de Licitações – CGL poderá liberar a fornecedora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS:** O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do presente Termo de Compromisso.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado após entrega do material, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da fatura (NF) que deverá ser confrontada com o registro de acompanhamento da fiscalização do contrato.

**Parágrafo Primeiro:** No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGP-M (FGV) mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGP-M (FGV), será utilizado outro índice, acompanhando os determinados pelo Governo Federal.

**Parágrafo Segundo:** A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as notas fiscais/faturas contenham vícios, incorreções e, ou, informações insuficientes que impossibilitem os procedimentos fiscalizatórios e consequentemente o pagamento.

**CLÁUSULA SETIMA - DA CONTRATAÇÃO:** A existência de preços registrados não obriga a CÂMARA a firmar as contratações que deles possam advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios,

respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art.7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.

**Parágrafo Primeiro:** As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre a CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE e a FORNECEDORA serão formalizadas através de termo de compromisso – TCRP, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

**Parágrafo Segundo:** Na hipótese de cancelamento do presente termo, poderão ser convocados as fornecedoras remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Terceiro:** Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, a CÂMARA poderá comprar de mais de uma fornecedora registrada, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que a primeira classificada não possua capacidade de fornecimento compatível com as solicitadas pela CÂMARA, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

**Parágrafo Quarto:** Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pelo Fiscal de contrato ou pela Secretaria Geral deste Legislativo.

**Parágrafo Quinto:** As regras estabelecidas neste Termo de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da nota de empenho.

**CLÁUSULA OITAVA– DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:** a contratada obriga-se a:

- a) Fornecer o (s) item (ns) conforme estipulado no certame licitatório;
- b) Efetuar a entrega do (s) item (ns) no local indicado pela CGL, e, ou pelo Fiscal do Contrato, sem ônus para este Legislativo.

**CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará a fornecedora às seguintes penalidades, assegurado

o contraditório e a ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa:

b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia útil de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto, aplicável sobre o valor total do contrato/nota de empenho, atualizada, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias úteis;

b.2) de 15% (quinze por cento) no caso de atraso na entrega integral, na substituição, e/ou na instalação do objeto no prazo superior a 10 (dez) dias úteis e limitado a 20 (vinte) dias úteis, bem como de inexecução parcial do contrato/nota de empenho e/ou subcontratação não autorizada no Edital, aplicável sobre o valor total do contrato/nota de empenho, atualizado;

b.3) de 25% (vinte e cinco por cento) no caso de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto transcorridos 21 (vinte e um) dias úteis do

prazo estabelecido no contrato/nota de empenho, bem como de inexecução total do contrato e/ou subcontratação total do objeto do contrato/nota de empenho, aplicável sobre o valor total do contrato/nota de empenho, atualizado.

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública por 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

O proponente terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro:** A pedido, quando:

a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências contidas neste termo, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, mediante comprovação.

**Parágrafo Segundo:** Por iniciativa da Comissão Geral de Licitações, Licitações e Contratos – CGL, quando:

a) O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigido no processo licitatório;

c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir as obrigações decorrentes deste termo;

e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes deste termo;

f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste termo ou nos pedidos dele decorrentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS:**

Servirão de cobertura às contratações oriundas do Termo de Registro de Preços os recursos orçamentários da Câmara Municipal estipulados para o registro.

**Parágrafo Único:** As aquisições do objeto do presente Termo de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Presidente da Câmara, Diretor Geral e ou a quem delegar competência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO FORO:** Fica eleito o Foro da cidade de Rio Grande/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Termo, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** Integram este Termo, o Edital de **Pregão Presencial nº 010/2018 para Registro de Preços** e a proposta da empresa nos itens transcritos na cláusula segunda deste termo.

**Parágrafo Único:** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10520/2002 e suas alterações posteriores, pelos Decretos Municipais nº 9.329/2006 e nº 9.546/2007 e nº 9.294/2006 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Rio Grande, de setembro de 2018.

.....  
**Empresa Vencedora**

.....  
**Ver. Flávio Veleda Maciel**

**Presidente**

*cc.* CGL/CONTRATADA